



De verde e amarelo à cinza: O Sete de Setembro (res)significado na revista Veja¹

Iara Steiner PERIN²

Resumo:

Datas comemorativas nacionais comportam um simbolismo que oportuniza o uso de argumentos históricos para fins políticos. Em períodos de transição entre regimes políticos esse sintoma é mais evidente, pois se pode explorar o significado atribuído a tais comemorações adequando-o à agenda política. Considerando o privilégio da mídia de grande circulação na elaboração de memórias, este artigo analisa os usos do passado em publicações da revista Veja por ocasião do Sete de Setembro em 1972 e em 1986. Sob a perspectiva da cultura histórica, objetiva-se apontar as conformidades e contrariedades que perpassam o comemorar do “dia da pátria”, a ditadura civil-militar e a redemocratização.

Palavras-chave:

Sete de Setembro. Revista Veja. Cultura histórica. Ditadura civil-militar. Redemocratização.

From green and yellow to grey: September 7th (res)signified in Veja magazine

Abstract:

National commemorative dates contain a symbolism that give opportunity to use historical arguments for political purposes. In transitional periods between political regimes this symptom is more noticeable, because the meaning attributed to such celebrations can be explored by adapting it to the political agenda. Considering the privilege of the mass-circulation media in the elaboration of memories, this article analyzes the uses of the past in publications of Veja magazine on September 7th in 1972 and 1986. From the historical culture perspective, it is objectified to point out the conformities and oppositions around “homeland day” celebration, civil-military dictatorship and redemocratization.

Keywords:

September 7th. Veja magazine. Historical culture. Civil-military dictatorship. Redemocratization.

De verde y amarillo a gris: El Siete de Septiembre (res)significado en la revista Veja

Resumen:

Las fechas conmemorativas nacionales comportan un simbolismo que permite el uso de argumentos históricos para fines políticos. En períodos de transición entre regímenes políticos este síntoma es más evidente, pues se puede explotar el significado atribuido a tales conmemoraciones adecuándolo a la agenda política. Considerando el privilegio de los medios de gran circulación en la elaboración de memorias, este artículo analiza los usos del pasado en publicaciones de la revista Veja en la ocasión del Siete de Septiembre en 1972 y en 1986. Bajo la perspectiva de la cultura histórica, se pretende apuntar las conformidades y contrariedades que pasan por la conmemoración del “día de la patria”, la dictadura civil-militar y la redemocratización.

Palabras clave:

Siete de Septiembre. Revista Veja. Cultura histórica. Dictadura civil-militar. Redemocratización.

¹ Versão revisada e ampliada de artigo publicado nos Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, realizado em Florianópolis, SC, de 27 a 31 de julho de 2015 (PERIN, 2015).

² Mestra e doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC). E-mail: iarasteinerperin@gmail.com.





Introdução

As mídias de grande circulação ocupam papel central tanto na mobilização política, quanto na sua manipulação. A observação sobre o funcionamento das mídias na sociedade contemporânea é acompanhada pelo reconhecimento da reprodução de estereótipos (BIROLI, 2011), apesar de a prática discursiva do jornalismo se colocar na posição exterior aos conflitos e que, por isso, seria isenta ao apresentar os fatos do *mundo real* (FAIRCLOUGH, 2001). Entre a neutralidade e a reprodução de estereótipos hegemônicos, a narrativa jornalística seleciona, enquadra e ordena conteúdos que são oferecidos como significados para os acontecimentos.

Produto cultural de um período em que um mercado consumidor de bens simbólicos se esboçava, a revista *Veja* foi lançada no dia 11 de setembro de 1968 num cenário caracterizado pela expansão da produção, da distribuição e do consumo de bens culturais. É nessa fase que se consolidam os grandes conglomerados que viriam a controlar os meios de comunicação e a cultura popular de massa no Brasil, entre os quais a responsável pela publicação de *Veja*, a Editora Abril S.A., fundada em 1950 pelo ítalo-americano Victor Civita, com sede em São Paulo, SP (MIRA, 2001).

Em fase de ascensão e consolidação no mercado editorial, a Editora Abril pensou *Veja* para ser uma nova revista para os padrões brasileiros, acostumado com revistas ilustradas, um produto literalmente inédito, em um momento igualmente único na história do Brasil: já era o quarto ano de vigência do regime ditatorial que duraria 21 anos, instaurado pelo golpe de Estado que, em 1º de abril de 1964, depôs o presidente democraticamente eleito, João Goulart, cuja justificação foi seguidamente fundamentada em discursos contra o “inimigo comunista”, na defesa da democracia e de valores morais e cívicos. Por vezes crítica, por outras, ambígua, *Veja* compartilhou dos ideais de união/coesão nacional que a ditadura estimulava com a comemoração de períodos de exaltação nacional da História do Brasil. Ou, senso comum, buscou no passado alicerces para a construção do futuro.

A comemoração do Sete de Setembro foi, então, explorada com essa finalidade, e diferentes sentidos foram atribuídos à festa de acordo com as demandas políticas e sociais de cada contexto, como se verá adiante. Previamente, é oportuno fazer um breve retrospecto para ressaltar outras alterações de sentido investidas à data ao longo da história: “os próprios acontecimentos que envolvem o Sete de Setembro de 1822





parecem ser mais uma resposta à corte de Lisboa, e à sua tentativa de recolonização, do que a expressão de uma vontade nacionalista e separatista”, portanto, definiu-se a realza mesmo para simbolizar a união e evitar uma possível separação das províncias: “somente a figura de um rei congregaria esse território gigantesco, marcado por profundas diferenças”, de acordo com Lilia Schwarcz (1998, p. 52-53). Já em 1889, “a República surgia como um recurso à modernidade, à racionalidade nas relações, um sinal dos novos tempos”, com novos ideais em jogo e a luta entre republicanos e monarquistas caberia ao governo, portanto, “alterar símbolos e todos os traços que lembravam o antigo regime”, e para isso foi elaborada uma nova lista de festas nacionais: “o Treze de Maio, [celebraria] a fraternidade dos brasileiros; o Catorze de Julho, a República francesa; o Vinte e Um de Abril, os precursores (resumidos na figura de Tiradentes)” (SCHWARCZ, 1998, p. 52), como parte dos mecanismos empenhados em criar uma nova memória para a Nação alinhada aos motivos republicanos.

Por ocasião do Centenário da Independência, 1922, foram colocadas em questão as diversas versões da “história pátria” e também as interpretações sobre a função das figuras históricas, “a consciência nacional, abafada por séculos de importação de modelos artificiais, poderia agora se firmar mediante a avaliação ‘correta’ das potencialidades e problemas do país” (MOTTA, 1992, p. 35). Esse repensar não gerou consenso quanto à definição da nacionalidade brasileira, e os embates ficaram entre “o pensamento ufanista, que buscava a identidade nacional em aspectos da natureza” e a “incorporação à ordem moderna, compreendida como urbana e industrial, marcada pela racionalidade, pelo pragmatismo, pelo culto da operosidade e do progresso” (MOTTA, 1992, p. 37, 39).

No Estado Novo (1937-1945) as medidas centralizadoras de Getúlio Vargas buscaram diminuir a autonomia dos estados, e com investimentos em cultura e educação se procurou forjar um forte sentimento de identidade nacional. Nesse período, de acordo com Angela de Castro Gomes (1999, p. 71), era o trabalhador nacional “o grande herói da democracia social que se construía no Brasil”, cujas realizações seriam proporcionadas pelo Estado, personificado na figura de Vargas. Desde então, “no Brasil, a relação *homem do povo/Estado* fundou-se, em grande medida, nessa mitologia do trabalhador e do trabalho como fonte de riqueza, felicidade e ordem social” (GOMES, 1999, p. 71).

Em vista dessa breve explanação, este artigo objetiva evidenciar duas fases da





revista Veja que coincidem ainda com outras significações em torno da ideia de Sete de Setembro e de nacionalismo³. A primeira se situa entre os anos de “ouro” e de “chumbo” da ditadura, no início da década de 1970, cuja análise, por fins operacionais, é feita com a publicação de 6 setembro de 1972. A segunda fase abrange o processo de transição política e a redemocratização (1974-1985) e suas decorrências, observadas e analisadas aqui por meio da edição de 10 de setembro de 1986.

Veja consolidou-se como um dos semanários de maior tiragem no país ainda na década de 1970 e é, ainda na atualidade, grande formadora de opinião. A referida pretensão de verdade dos meios de comunicação perpassa ideia de intencionalidade da ação humana presente na explicação de Jörn Rüsen (2009) sobre a consciência histórica. Este termo se refere a uma forma de consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. É a partir dela que os seres humanos mobilizam argumentos históricos para poder orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. O termo se mostra pertinente para explicar, de uma parte, a seleção de conteúdos feita pela revista ou o que julgou ser digno de chegar aos seus leitores. De outra parte, ao fazer a sua leitura (ou releitura) dos fatos históricos, Veja também orienta valores e memórias sociais.

Exemplo da manifestação da cultura histórica de uma sociedade são momentos de comemoração e seus símbolos, pois exteriorizam o uso de argumentos históricos para fins políticos. A cultura histórica abrange as produções históricas compartilhadas por determinado grupo, seja para justificar, validar ou legitimar questões relacionadas à sua identidade. Por isso, as publicações que abordavam o Sete de Setembro são analisadas aqui sob o viés da cultura política e da cultura histórica, pois se entende que assim é possível observar como isso esteve envolvido na construção de um projeto político para o país durante o período ditatorial e sua posterior descontinuidade quando da redemocratização.

A noção de cultura histórica que perpassa este texto se refere a uma maneira particular de abordar interpretativamente o tempo, ou seja, é manifestação da consciência histórica na vida prática (RÜSEN, 1994). Como tal, a cultura histórica de uma sociedade é também “multidimensional, como todas as outras culturas. Ela tem expressões morais, pedagógicas, políticas e retóricas; sua substância cognitiva é sempre

³ Este artigo foi pensado a partir dos resultados da pesquisa elaborada para a dissertação de Mestrado intitulada “Entre comemoração e esquecimento: (res)significações do Sete de Setembro na revista Veja (1969-1986)” (PERIN, 2016), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC).



o conhecimento do *wie es eigentlich gewesen* (como realmente aconteceu)” (RÜSEN, 2009, p. 172).

De acordo com Jacques Le Goff (1990), a cultura histórica é a relação que uma sociedade mantém com o passado. Assim, “a história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade histórica de uma época” (LE GOFF, 1990, p. 48). A disposição de Le Goff dá noção da abrangência heterogênea que a cultura histórica admite, e, incluída nessa amplitude, está um dos entendimentos acerca da história pública, que se refere aos diferentes meios de divulgação do conhecimento sobre o passado, como filmes, telenovelas, rádio, livros didáticos, mídia impressa, etc. Ou seja, a história pública “explora e apresenta o conhecimento histórico – em uma variedade de formas – para além dos foros acadêmicos tradicionais” (ZAHAVI, 2011, p. 53).

A ideia representada sobre o nacionalismo em um periódico impresso toma seu lugar na pesquisa histórica pelo entendimento de que as comemorações de momentos de glória agem como uma espécie de cimento de coesão nacional. Ademais, de acordo com Hobsbawm (1997), é em ocasiões como essas, associadas a símbolos e práticas, que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal. À vista disso, Veja consiste em espaço propício ao diagnóstico de construções simbólicas que operam com (re)configurações de acontecimentos históricos, e, apesar de a narrativa jornalística ser fundamentalmente diferente da narrativa histórica, sua atividade expõe e explica diferentes assuntos. Além disso, posto que tem a vantagem de permanente atualização, favorece a unificação das formas de tratamento de tais questões, e essa maneira particular de abordar o passado, pensar o presente e planejar o futuro é manifestação da consciência histórica na vida prática (RÜSEN, 2009).

É humana, portanto, a demanda de se aludir ao passado, pois a memória não é natural, como indica a concepção de lugares de memória de Pierre Nora (1993): um esforço feito a fim de criar arquivos, celebrar festas e aniversários de maneira a não esquecer. Em vista disso, considera-se a revista também como um meio de memória, pois contribui para a circulação de entendimentos sobre o passado.

A publicação da Editora Abril situou-se no contexto da organização capitalista da cultura, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil. Para Carlos Fico (1997), os bons ventos que os acontecimentos desse período



sopravam – os valores do PIB em alta e inflação em baixa – possibilitaram incentivar a esperança na Pátria por parte da população e estimular a participação em festas e comemorações cívicas, que foi desempenhado em ações da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada em 15 de janeiro de 1968, pelo Decreto nº 62.119, e chefiada pelo coronel Octávio Costa, cujos principais objetivos eram propagandear a imagem do regime e motivar a crença popular no futuro próspero. O período de maior atuação da AERP foi durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), em razão do crescimento econômico, que serviu como retórica para a criação de propagandas ufanistas sobre o governo (AARÃO REIS FILHO, 2010). Foram os “anos de ouro” para alguns, e os “anos de chumbo” para muitos mais.

No período em que o novo regime ainda buscava meios de se consolidar, periódicos como *Veja* dispunham de importante lugar na sociedade que precisava “integrar suas partes mais ‘atrasadas’ às mais ‘avançadas’, por uma questão de segurança, na visão dos militares, pela necessidade de modernização, como queriam os empresários” (MIRA, 2001, p. 120). Era uma sociedade em que se falava em crescimento, em futuro próspero, mas que sentia necessidade de buscar suas raízes e fundamentar-se em um passado certificado pelo “incontestável” selo do tempo, no mesmo sentido da ideia de Rüsen (2009, p. 172): “não há ordem política que não requeira legitimação histórica”.

1972: Verde e amarelo

Se não há ordem política que não necessite de legitimação histórica, também “não se governa sem história” (E FICOU... 1972, p. 40), tal qual declarou o general Médici em discurso pouco depois de ter assumido a presidência do Brasil, em 1969. Essa também é a última frase da edição de *Veja* que será analisada nesta parte, que foi publicada na seção *Documento* e cujo tema também foi capa da edição de 6 de setembro de 1972.

Páginas de longos textos interpretativos com imagens discretas e entremeadas por volumoso número de anúncios publicitários foram algumas das características mais marcantes de *Veja* nos seus primeiros dez anos de existência, pelo menos. Na reportagem analisada, percebe-se outra particularidade da revista, que foi o empenho em dar conta da totalidade da narrativa histórica, partindo do início de 1500, “quando o mar Mediterrâneo ainda se permitia discretos ares de oceano”, até o discurso do presidente





Médici, no qual afirma que “não se governa sem história”⁴ (E FICOU... 1972, p. 20, 40).

A partir dessa reportagem pode ser mais bem observado o sentido que a revista atribui à História pela própria escolha de conteúdos. Enquanto expressão dos pensamentos de uma importante parcela da classe dominante, práticas discursivas feitas em publicações de grande circulação “contribuem tanto para a reprodução da sociedade como ela é quanto para a sua transformação”, segundo Fairclough (2001, p. 65). A publicação de *Veja* também contribuiu para a memória histórica, uma vez que as pessoas constroem e têm as suas identidades construídas nas interações do mundo social.

Evidentemente, em nove páginas alguns fatos foram privilegiados, alguns personagens selecionados e outros deixados de lado, por isso, é uma história contada de maneira objetiva, próxima à corrente positivista e sua busca pela verdade e pela comprovação dos fatos. Assemelha-se, também, ao jornalismo investigativo, o qual, inquirendo sobre as origens dos fatos, interpreta-os e busca explicar seu acontecimento (VILLALTA, 2002), o que fica bem evidenciado pela *Carta ao leitor* desse número:

A reportagem de capa desta edição é histórica, sem a pretensão de ficar para a História. Num laborioso trabalho de pesquisa, VEJA vasculhou no passado, do remoto ao próximo, [...] os indícios e depois as provas do nascimento de uma nação. (CARTA, 1972, p. 19).

191

No período que coincide com o chamado “milagre econômico”, pode-se dizer que, de forma geral, as publicações de *Veja* que tratavam sobre História assumiam a referência ao passado com conotação de explicação para o presente. É o caso dessa reportagem, uma verdadeira compilação de documentos deixando transparecer, assim, a noção de História que a revista quer “ensinar”.

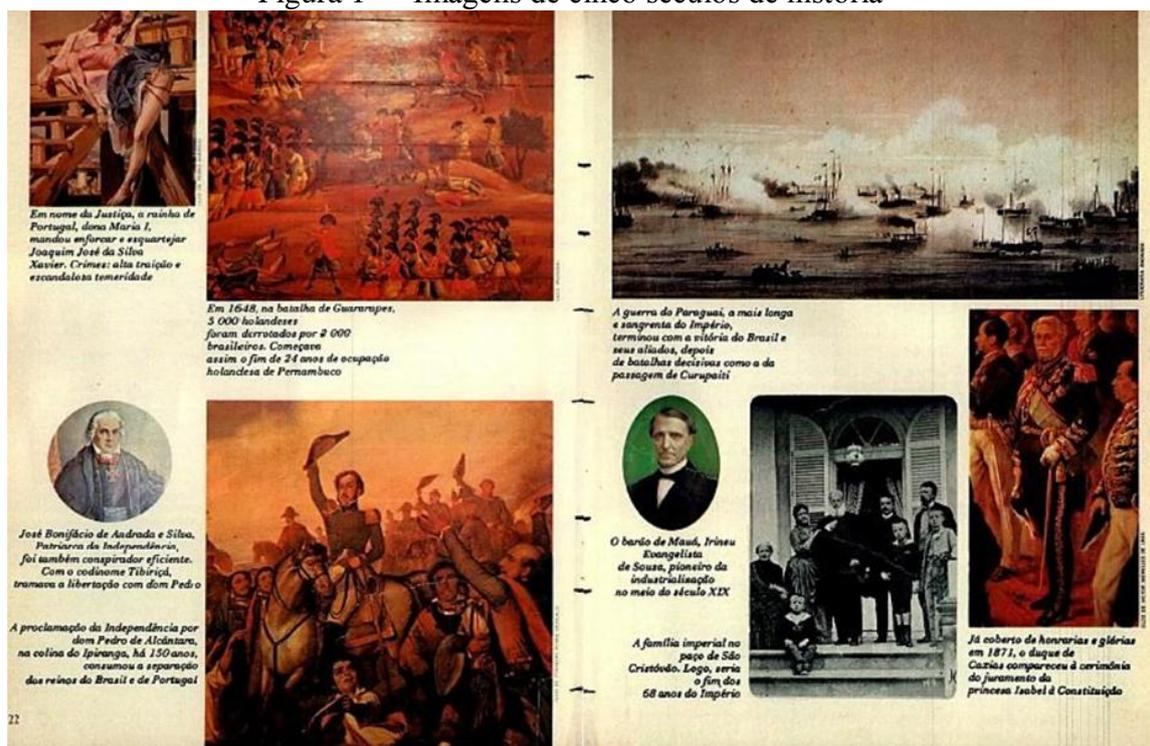
Nessas nove páginas de texto é notório o senso comum da narrativa, primeiro, porque a história de quase quinhentos anos é contada de modo bastante reduzido. Também porque a leitura revela a exaltação dos “grandes acontecimentos” e dos “grandes personagens” em detrimento de movimentos e participação populares, seja para questionar sua ausência ou mesmo para afirmá-los. Outro recurso utilizado é algo também observado em livros didáticos de História do começo do século XX: a apresentação de trechos do que seriam as falas dos próprios personagens históricos ao

⁴ No total, a reportagem tem quinze páginas, das quais, especificamente, nove são as de texto: 20, 27, 28, 30, 32, 35, 36, 38, 40; e as imagens estão no intervalo das páginas 21 e 26.



lado de suas fotos, induzindo quem lê a presumir sua real existência e, assim, dar mais confiabilidade à autoria do texto.

Figura 1 – “Imagens de cinco séculos de história”



Fonte: Print Screen de página da web. E FICOU... 1972, p. 22-23, adaptado pela autora.

Voltando às primeiras páginas, há um corte anunciando “Nas seis páginas seguintes, imagens de cinco séculos de história” (E FICOU... 1972, p. 20) (Figura 1), nas quais aparecerão figuras de todo tipo: grandes, pequenas, coloridas e em preto e branco, ilustrações, fotos e pinturas. Entretanto, percebe-se certa preferência, em



imagens grandes e (quase sempre) coloridas, por episódios que remetem à “fundação da nação” (Independência do Brasil) ou que reforçariam o orgulho e o pertencimento à pátria⁵, como a carta escrita pelo rei dom Manuel contando sobre o “descobrimento do Brasil” aos reis da Espanha; a batalha dos Guararapes, que pôs fim aos 24 anos de ocupação holandesa em Pernambuco; o “grito do Ipiranga” proferido por dom Pedro I, que separou os reinos de Brasil e Portugal; a Guerra do Paraguai, posta como vitoriosa; a carta de abolição da escravidão; Deodoro da Fonseca, o “construtor da República”; o marechal Cândido Rondon; o velório de Getúlio Vargas; a nova capital do Brasil, Brasília; e a posse de Castello Branco, primeiro presidente da “Revolução”, são alguns exemplos.

A noção de cultura política de Serge Berstein (1998) permite pensar nas motivações que levam determinados grupos a adotar esse ou aquele comportamento político, ou seja, as publicações de *Veja* são também escolhas e interesses de um grupo editorial. Ademais, para Rüsen (2009, p. 172), a consciência histórica se manifesta na cultura histórica, e esta inscreve as relações de poder nas “concepções de identidade dos atores políticos, nas construções e concepções do eu e do nós, através de narrativas mestras que respondem à questão da identidade”, configurando, assim, a dimensão política da cultura histórica. Além disso, de acordo com o entendimento de Norman Fairclough sobre a análise do discurso, a linguagem pode ser compreendida como forma de

prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variedades situacionais. [...] Isso implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 44).

Nesse sentido, não se pode desconsiderar que uma grande parcela da população apoiou o golpe de 1964. Grupos sociais bastante heterogêneos organizaram marchas em apoio ao golpe, sobre as quais a memória coletiva representa mais como manipuladas (pela Igreja, pelos militares, etc.) do que como espontâneas, minimizando o predomínio da cultura política conservadora da qual derivaram as manifestações em favor do golpe e que legitimaram a ditadura inicialmente (CORDEIRO, 2015).

O regime autodenominado como “novo” buscou seus meios de angariar legitimidade, que é considerada atributo do Estado e versa sobre o consenso, em uma

⁵ Na dissertação de Mestrado de que deriva este artigo, é feita uma análise mais aprofundada da reportagem em questão (6 de setembro de 1972) que permite caracterizar as imagens da maneira como são apresentadas aqui.



parcela significativa da população, assegurando a obediência antes que seja necessário o uso da força: “é por esta razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 675). Exemplo disso foi a atuação da AERP na organização do Sete de Setembro, pois “les commémorations peuvent aider les communautés religieuses ou politiques à définir, à préserver ou à durcir leur ‘identité’ dans un contexte où celle-ci peut sembler menacée”⁶ (RAYNAUD, 1994, p. 102). A data era tida, portanto, como um dos meios ideais para incentivar o nacionalismo.

Ao longo da década de 1970 ocorre o que se pode chamar de um “esfriamento” tanto na mobilização da história pela revista no sentido que foi tomado aqui, quanto ao estímulo às comemorações do Sete de Setembro. Nesse sentido, voltar ao conceito de cultura política pode ajudar a compreender a transição entre o comemorar e o esquecer, pois permite estabelecer uma ponte entre os sistemas políticos e os aspectos culturais de uma sociedade. Então, conforme coloca Serge Bernstein (1998), o fator coletivo (que compõe a cultura política, juntamente com o fator individual) se faz útil para pensar a coesão de grupos em torno de uma cultura política, que os faz partilharem de uma leitura comum do passado e de uma mesma perspectiva de futuro, criando, para isso, símbolos que expressem seus ideais.

Quando a abertura política em direção à democracia passa a ser um plano efetivamente (a partir do governo do general Geisel, em 1974), a visão de futuro já não era mais a mesma. Apesar disso, o sentido atribuído à história pela revista *Veja* segue sendo o de exemplo, esbarrando na vontade de esquecê-la ou, pelo menos, de “mudá-la de lugar” (de que trata o tópico seguinte), no que se tornou uma festa cada vez mais vazia, um verde e amarelo cada vez mais cinzento, ou, ainda, um comemorar cada vez mais silenciado, nas palavras do historiador Daniel Aarão Reis Filho (2010, p. 173): assim foi feito “o silêncio sobre a tortura e os torturadores; o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura; e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre 1966 e 1973”.

1986: Cinza

A concomitante descontinuidade da celebração do Sete de Setembro fica mais evidente a partir da análise da publicação de 10 de setembro de 1986: com apenas duas

⁶ “As comemorações podem ajudar as comunidades religiosas ou políticas a definir, preservar ou fortalecer sua ‘identidade’ em um contexto no qual essa possa parecer ameaçada”. (Tradução nossa).

páginas, a seção *Arquitetura* trazia os “Heróis esquecidos” na matéria principal e “O esquecimento da História no fim do mastro” em um quadro ao final da segunda página (Figura 2). Apesar de as circunstâncias políticas determinarem uma visão diferente de futuro naquele momento, a noção de história apresentada pela revista é fundamentalmente a mesma: serve de exemplo para o presente e para o futuro. No entanto, a delimitação cronológica do que é entendido como passado e como futuro estava muito mais próximo: a ditadura finalizada havia pouco mais de um ano.

O texto principal trata da inauguração do Panteão da Pátria em 7 de setembro de 1986 e apresenta também uma crítica justamente à finalidade pela qual o monumento foi criado, como se lê no subtítulo: “Vistoso por fora, o Panteão da Pátria dá por dentro maior destaque à arte do que aos homenageados” (HEROIS... 1986, p. 120). Idealizado por José Aparecido de Oliveira, governador do Distrito Federal em 1985, inspirado pela comoção com a morte de Tancredo Neves, primeiro presidente civil eleito (indiretamente) após vinte e um anos de ditadura, o Panteão foi desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, segundo informações do “Guia de obras de Oscar Niemeyer” (GUIA... 2010), que se preocupou também com a harmonia plástica entre as outras edificações da Praça dos Três Poderes: Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional

O monumento foi pensado como uma homenagem à democracia restabelecida e, por isso, os homenageados teriam de ser personagens ligados a momentos de liberdade na história do Brasil. Some-se a essa ideia a noção de história como exemplo para o presente e para o futuro e tem-se a crítica de Veja: composto também por um painel de Athos Bulcão, outro de João Câmara, e um vitral de Marianne Peretti,

internamente, o Panteão é um desastre arquitetônico, pois mais parece uma galeria de arte que um monumento em homenagem a vultos históricos. [...] em meio a tanto espaço e arte, sobrou muito pouco para os homenageados: um livro de aço sobre um pequeno pedestal. As folhas do livro também serão de aço. (HEROIS... 1986, p. 121).

O texto questiona o pouco espaço deixado para os heróis, mas sem ponderar que a criação de símbolos de identificação nacional não é arbitrária, não se dá no vácuo social (CARVALHO, 1990). E aí um contraponto às tentativas por parte do poder político em oferecer símbolos de identificação à população: ora, se não há participação popular nos momentos políticos, dificilmente haverá identificação nacional. E então outra indagação, a de que o povo brasileiro só demonstra o sentimento de nacionalismo em momentos em que é incentivado e os espaços social e político são favoráveis.

Exemplo disso pode ser mesmo a descontinuidade no compartilhamento do projeto político de futuro para o Brasil entre a revista e o regime civil-militar.

Sem a censura habitual com a qual *Veja* nasceu e conviveu até então, o texto até coloca abertamente a simpatia do arquiteto do Panteão por ideais comunistas. Na crítica à composição do monumento, o texto lembra a mumificação de Lênin pelos soviéticos, que deixou bastante explícito quem era o homenageado, e termina assinalando que “Niemeyer poderia ter simpatizado com as ideias dos soviéticos. Ou, ao menos, ter planejado um lugar de destaque para os heróis no Panteão da Pátria. Preferiu o livro de aço”⁷ (HEROIS... 1986, p. 121). O trecho leva a entender que “o comunista”, contando com a liberdade assegurada pela democracia, não atendeu às expectativas que a própria revista parecia ter e deu mais valor à arte do que aos heróis da pátria.

O colorido máximo que conviria com o Sete de Setembro no âmbito da redemocratização é um quadro de fundo azul (Figura 2), colocado ao término do texto, no qual se lê a intenção do governador do Distrito Federal de realocar o mastro construído pelo general Médici em 1972 e apresenta duas pequenas fotos, uma de como era a Praça dos Três Poderes naquele momento e outra de como ficaria sem o mastro.

Figura 2 – Texto *O esquecimento da História no fim do mastro*.

196

O esquecimento da História no fim do mastro

Criado por iniciativa de oficiais de Brasília, o gigantesco mastro da Praça dos Três Poderes sempre foi considerado um símbolo da ditadura. Consideração correta, tanto sobre a origem como sobre a filosofia do monumento: o mastro é maior que o prédio do Congresso. Agora, José Aparecido de Oliveira, governador do Distrito Federal, está liderando uma articulação para tirar o mastro da praça. Aparecido já conversou com os ministros militares sobre o assunto e pretende removê-lo para o Parque da Cidade, na Asa Sul de Brasília.

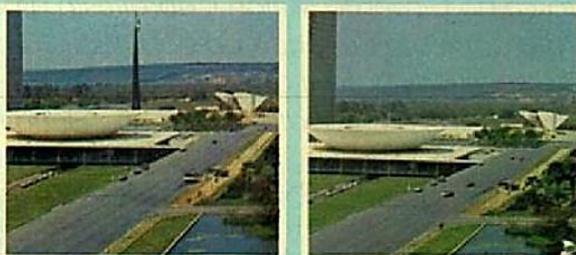
Há dois argumentos contra o mastro, um de ordem estética e outro de natureza política. Há quem considere feio, ou desproporcional em relação à

praça, o mastro projetado por Sergio Bernardes, em 1972, e assim justifique a sua transferência. Não há, no entanto, nenhum monumento considerado unanimemente belo. No plano político, considera-se que, se a ditadura deixou de existir, o mastro que a simboliza deve desaparecer também. Com esse raciocínio, os descendentes dos cristãos que foram devorados no Coliseu de Roma deveriam ter destruído o estádio depois da queda do império. E o mundo perderia um de seus marcos culturais.

Um monumento registra um determinado momento da História e deve por isso ser

preservado. É possível até esclarecer essa questão no próprio monumento. No século XIV, por exemplo, o duque de Atenas, ditador em Florença, cobriu com tinta os murais do Palácio Bargello. O duque foi destronado, os murais foram restaurados, mas deixou-se um pedaço deles recoberto com tinta. Colocou-se embaixo desse trecho uma placa explicando que a tinta permanecia como uma homenagem aos florentinos que lutaram contra a tirania. Na Cidade do México, não se destruiu a estátua eqüestre de Carlos IV, imperador da

Espanha, quando o México proclamou sua independência. Colocou-se ao pé da estátua uma placa afirmando que Carlos IV e a Espanha oprimiram o México, mas que o monumento seria preservado pelo seu valor histórico. O mesmo poderia ser feito com o mastro de Brasília, em vez de se esquecer da História escondendo um dos seus marcos.



A Praça dos Três Poderes hoje e como ficaria sem o mastro

Fonte: *Print Screen* de página da web. HEROIS... 1986, p. 121, adaptado pela autora.

⁷ Uma lista com o nome dos homenageados inscritos e das homenageadas e inscritas no livro de aço do Panteão, assim como uma breve biografia de cada um e cada uma, é apresentada na publicação do Museu da Câmara dos Deputados sobre a construção da memória nacional, elaborado por ocasião da comemoração dos 188 anos da Independência do Brasil (A CONSTRUÇÃO... 2010).

Inaugurado em novembro de 1972, a construção do mastro foi pensada para simbolizar a convergência e a união entre as unidades federativas e os Três Poderes da República. Na sua base, encontram-se os dizeres: “Sob a guarda do povo brasileiro, nesta Praça dos Três Poderes, a Bandeira sempre no alto – visão permanente da Pátria” (BRASIL, 1971).

A ideia de retirada do mastro partia de dois argumentos que Veja expõe no texto do quadro e que dão a entender pensamento da sociedade em geral: “um de ordem estética e outro de natureza política. Há quem considere feio, ou desproporcional em relação à praça o mastro projetado por Sergio Bernardes, em 1972, e assim justifique sua transferência” (HEROIS... 1986, p. 121). A intenção do governador era, então, transferi-lo para o Parque da Cidade, na Asa Sul de Brasília, de acordo com informação do próprio texto.

Em razão de sua adaptabilidade aos comportamentos humanos, a noção de cultura política pode ser uma chave no exercício de entender os motivos que levam à ideia de “apagar” ou “esconder” esse episódio da história, visto que ela se permite adaptar à complexidade dos comportamentos humanos (BERSTEIN, 1998). Esse é também um questionamento apresentado pela própria revista, que dá exemplos de outros momentos históricos de conflitos de poder em que a memória é colocada em jogo e acaba por participar também de outra complexa operação de poder que envolve lembrar e esquecer. Portanto, “o que parece acontecer na década de 1980 é uma espécie de negação do forte enraizamento que o elemento militar possuía para o imaginário cívico brasileiro” (CORDEIRO, 2015, p. 332), no mesmo sentido que o texto de Veja apresenta: se “no plano político considera-se que a ditadura deixou de existir, o mastro que a simboliza deve desaparecer também” (HEROIS... 1986, p. 121).

A interpretação que Veja faz sobre a questão da retirada, ou não, do mastro da Praça dos Três Poderes é muito aproximada ao que os aportes teóricos da História propõem sobre monumentos ou, na expressão de Pierre Nora (1993) mobilizada anteriormente, esse é um problema de “lugares de memória”: “um monumento registra um momento da História e deve por isso ser preservado” (HEROIS... 1986, p. 121). Veja apresenta, nessa edição, argumentos críticos em relação às tomadas de decisão na política e também entendendo a necessidade de se preservar a memória, mesmo que o significado seja negativo.



Segundo Paul Ricoeur (2007), os abusos da memória são também abusos do esquecimento, pois os recursos de configuração das narrativas permitem sempre narrar de outro modo; nesse sentido, a própria atividade jornalística em si atua na conformação do que é esquecido e do que é lembrado, refuta a possibilidade de manterem-se acesas as chamas da memória do arbítrio. Na conclusão mesma que propõe a edição de 1986 aqui analisada, tanto a memória quanto o esquecimento devem ser observados como sintomas de uma cultura política que, nesse caso, privilegiou o esquecimento como meio para a reconciliação pós-ditadura. Como exemplo dessa ideia, é oportuno trazer um episódio, também publicado por Veja, que beira o trágico e o risível, envolvendo o último general presidente: descritas pela revista como “tão brutais”, as palavras de João Figueiredo quando convidado pelo jornalista Alexandre Garcia a se dirigir ao povo, por ocasião do final de seu mandato, foram também um “demolidor desabafo: ‘me esqueçam’” (“ME ESQUEÇAM”, 1985, p. 28).

Considerações finais

“Brasil, país do futuro”. Ao longo de praticamente toda a história do Brasil, desde a colonização pelos portugueses, diversos recursos foram mobilizados com o objetivo de assegurar essa afirmativa, desde Deus até o diabo, nos também diversos empregos ideológicos que essas figuras permitem. Mas todos os discursos de grandeza e as conclamações de fé foram suficientes para construir as bases desse futuro?

Mais importante que a resposta a esta questão é a identificação das motivações que levam sociedades a construir as bases do futuro que almejam. Em outras palavras, é fundamental entender os arranjos entre história e memória em diferentes contextos temporais, como se objetivou evidenciar por meio da complexidade das relações políticas no Brasil, investigadas neste artigo a partir dos rastros deixados por um periódico impresso.

A mudança na essência das interpretações sobre o Sete de Setembro oferecidas por Veja revela a diversidade de posturas sociais diante da ditadura. Portanto, faz-se necessário pontuar o caráter delimitado que este trabalho assume, pois não tem o objetivo de dar conta da multiplicidade de questões polêmicas e sensíveis sobre a ditadura iniciada com o golpe de 1964, pelo contrário, apresenta reflexões sobre um periódico semanal de grande circulação, dentre diversos outros que permitem estudos semelhantes.



Imprescindível é, portanto, refletir sobre o lugar que hoje ocupam as mídias e as narrativas jornalísticas nos conflitos sociais e políticos. Quando verdades estão em questão é que mais se aproximam os ofícios do historiador e do jornalista, de modo especial em relação à história recente brasileira, cuja intersecção entre presente, passado e futuro pode ser mais facilmente explorada de acordo com as conjunturas políticas e sociais. Por isso se fala de um “passado-presente” (HUYSSSEN, 2014), seja pela imposição de “reconciliação” revelada por uma “memória obrigada” (RICOEUR, 2007), seja pela necessidade de esquecimento. Assim, demonstra-se o papel social do historiador (DUMOULIN, 2017): enquanto ator social e ser político deve questionar convenções/modelos/acordos que já pareçam estabelecidos com o objetivo de evitar que se transmitam ou ampliem motivações e práticas historicamente superadas.

Referências

AARÃO REIS FILHO, Daniel. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2914/1835>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

A CONSTRUÇÃO da memória nacional: os heróis no panteão da pátria. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Série Cadernos do Museu, n. 10. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/4163#>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 71-98, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a04>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Verbete “legitimidade”. 11 ed. Brasília: UnB, 1998. p. 675-679.

BRASIL. Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. Brasília, DF, set. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5700.htm>. Acesso em: 13 dez. 2018.

CARTA, Mino. Carta ao leitor. **Veja**, São Paulo, p. 19, n. 209, 6 set. 1972. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34345?page=18§ion=1>>. Acesso em: 12 dez. 2018. (Conteúdo exclusivo para assinantes Veja).

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Edição do Kindle).

E FICOU a Pátria livre. **Veja**, São Paulo, n. 209, 6 set. 1972. Documento, p. 20-40. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34345?page=20§ion=1>>. Acesso em: 12 dez. 2018. Conteúdo exclusivo para assinantes Veja.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora UnB, 2001.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 53-72. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GUIA de obras de Oscar Niemeyer: Brasília 50 anos. Brasília: Instituto dos Arquitetos do Brasil: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Série obras em parceria, n. 1. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3565#>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

HEROIS esquecidos. **Veja**, São Paulo, n. 940, 10 set. 1986. Arquitetura, p. 120-121. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33607?page=120§ion=1>>. Acesso em: 12 dez. 2018. (Conteúdo exclusivo para assinantes Veja).

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

“ME ESQUEÇAM”. **Veja**, São Paulo, n. 856, 30 jan. 1985. Brasil, p. 28-30. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33692?page=28§ion=1>>. Acesso em: 13 dez. 2018. (Conteúdo exclusivo para assinantes Veja).

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX.** São Paulo: Olho D'Água, 2001.

MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz 100 anos**: a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/6797>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993. Tradução: Yara Aun Khoury. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/6802>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PERIN, Iara Steiner. **Entre comemoração e esquecimento**: (re)significações do Sete de Setembro na revista *Veja* (1969-1986). 2016. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000024/00002436.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

_____. Usos políticos do passado e cultura histórica: o nacionalismo do Sete de Setembro na revista *Veja*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434422589_ARQUIVO_ANPUH2015-Usopoliticospassado.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RÉMOND, René. Do Político. In: _____ (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 441-450.

RAYNAUD, Phillipe. La commémoration: illusion ou artifice? **Le Débat**, n. 78, jan./fev. 1994. p. 99-110.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n. 2, p. 163-209, mar. 2009. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2002. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/300ea43da98da19f6977caba6d17d8cd.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele



Rabelo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). **Introdução à história pública.**
São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.

Submetido em: 03.10.2016

Aprovado em: 01.07.2018